

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Presidencial nº 39, de 2015 (Mensagem nº 188, de 28/5/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na Mongólia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS é filho de Helio Jaguaribe Gomes de Mattos e Maria Lucia Charnaux Jaguaribe Gomes de Mattos e nasceu no Rio de Janeiro RJ, em 27 de dezembro de 1952. Graduiu-se em Engenharia de Sistemas em 1979, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1979. Ascendeu a Conselheiro em 1992; a Ministro de Segunda Classe, em 1998; e a Ministro de Primeira Classe, em 2005. Todas as promoções por merecimento. Em 1997, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada sua tese intitulada “O Brasil e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento”.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Chefe da Coordenadoria Técnica do Departamento Geral de Administração, entre 1982 e 1983; Chefe substituto da Divisão de Comércio Internacional de Produtos Avançados, de 1990 a 1992; Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, de 1992 a 1993; Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, de 1995 a 1998; Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial, entre 1998 e 2000; Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, de 2003 a 2005; Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, entre 2005 e 2006; e Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral Política II, de 2007 a 2010.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra, de 1993 a 1995; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, de 2000 a 2003; e Embaixador do Brasil em Londres, de 2010 até o presente.

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações, constituindo-se o ilustre Embaixador em um de nossos mais preparados e hábeis negociadores diplomáticos, mormente em assuntos comerciais e econômicos e de propriedade intelectual, agenda que, sem dúvida, ocupará um lugar central nas relações Brasil-China.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Popular da China e a Mongólia, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

É de se assinalar, de antemão, no tocante ao sistema político chinês, a continuidade do papel de preponderância exercido pelo Partido Comunista Chinês, que adota um por assim dizer sistema de “socialismo de mercado com características chinesas”, com pouca tolerância a críticas ou contestação. No entanto, a Constituição do país de 1999 introduziu os conceitos de “estado de direito” e de “império da lei”.

O documento contém ainda indicadores sócio-econômicos, entre os quais se destaca a população de 1,36 bilhão de habitantes, com crescimento populacional mínimo, ao passo que o Produto Interno Bruto (PIB) tem mantida a acentuada e continuada expansão nos últimos anos. Em 2013, o PIB calculado em poder de compra foi de US\$ 16,16 trilhões.

A partir do fim da era Mao Tsé-Tung e do fim da Guerra Fria, a política externa chinesa vem repousando sobre dois grandes pilares, a defesa do sistema multipolar e a manutenção de um cenário regional desanuviado de tensões político-militares, que lhe possibilite concentrar recursos nas tarefas de desenvolvimento do país e na reforma do Estado. No plano regional, um dos temas presentes é a chamada questão de Taiwan. A República Popular reivindica o privilégio de ser a única China e busca apoio internacional para essa sua pretensão, que é corroborada pelo Brasil.

Brasil e China, desde o estabelecimento de relações diplomáticas em 1974, acumularam mais de 40 anos de um relacionamento positivo balizado por dezenas de instrumentos bilaterais, ampla convergência de posições nos foros internacionais e produtivo diálogo político, bem como freqüentes visitas de alto nível. Esse relacionamento está sendo coroado pela recente visita do Primeiro-Ministro Chinês Le

Keqiang ao Brasil, onde foram anunciados investimentos da ordem de 53 bilhões de dólares no Brasil.

Em 1993, os dois países celebraram uma parceria estratégica cujo primeiro produto foi o Programa Conjunto de Satélites CBERS (China-Brasil Earth Resources Satellite), o mais bem sucedido programa de cooperação científica entre países em desenvolvimento.

Ainda em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica. A partir de 2000, houve um adensamento inédito na relação bilateral, resultante tanto da transformação da China em principal parceiro comercial do Brasil na Ásia, como pela aproximação política crescente, que culminou com as visitas recíprocas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China e do Presidente Hu Jintao ao Brasil.

A partir de 2004, o relacionamento bilateral passou a contar com arcabouço institucional mais robusto, por meio do estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância permanente de cooperação e diálogo entre os dois países. A COSBAN é liderada do lado brasileiro pelo Vice-Presidente Michel Temer e, da parte chinesa, pelo Vice-Primeiro Ministro encarregado de Temas Econômicos, Comerciais e Financeiros, Wang Yang.

As visitas presidenciais deram considerável impulso às relações bilaterais, destacando-se nesse âmbito a iniciativa brasileira de considerar a China como economia de mercado, em troca de concessões comerciais chinesas ao Brasil.

Em 2005, o relacionamento bilateral passou por um período de dificuldades na área comercial, que levaram o Brasil a considerar restrições a importações chinesas. Em 2006, conversações entre os dois países permitiram a negociação de acordo de autolimitação de exportação de produtos têxteis chineses ao Brasil, fazendo surgir um modelo de solução de contenciosos com possibilidade de aplicações futuras também em eventuais controvérsias em setores sensíveis.

Em setembro de 2007, o satélite sino-brasileiro CBERS-2B foi lançado do Centro de Lançamento de Satélites de Tayuan (TLSC), na Província de Shanxim. Desde então, outros satélites do programa foram lançados e prestam relevantes serviços ao Brasil.

Em 2009, a China passou a figurar não apenas como o maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos da América (EUA), pelo critério corrente de comércio. Em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil, novamente superando os EUA, posição que se manteve em 2013 e 2014.

O intercâmbio comercial bilateral em 2014 foi de US\$ 77,9 bilhões (queda de 6,44% em relação a 2013, quando o total do comércio chegou a US\$ 83,33 bilhões), com superávit brasileiro de US\$ 3,27 bilhões, resultado também que teve significativa queda em relação ao ano anterior, que foi de US\$ 8,72 bilhões.

As exportações de soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo, somadas, representaram 79,4% do total exportado para o país asiático. Do lado das importações, as compras de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, somados, corresponderam a cerca de 48,4% do montante das importações.

A notável trajetória do comércio bilateral com a China (era de US\$ 2,3 bilhões em 2000) está diretamente associada à valorização dos produtos básicos, notadamente os complexos da soja, minérios e petróleo.

A Embraer está presente na China desde 2000, quando inaugurou seu escritório de representação em Pequim. A Embraer mantém liderança no mercado de jatos regionais na China, ao passo que na aviação executiva o mercado tem sido dominado pelas concorrentes Gulfstream e Bombardier.

Estão em vigor direitos *antidumping* provisórios ou definitivos sobre 48 produtos oriundos da China, de um total de 70 produtos de

diversas origens que estão sujeitos a medidas de defesa comercial no Brasil. Há no Brasil quinze processos de investigação *antidumping* em curso, dos quais onze envolvem a China. Embora as autoridades chinesas manifestem preocupação com o grande número de medidas aplicadas e investigações brasileiras contra a China, o diálogo técnico bilateral é bastante fluido.

A crescente importância dos temas de propriedade intelectual no relacionamento bilateral (sobre os quais o Embaixador Roberto Jaguaribe é *expert*) motivou o estabelecimento em 2009, por iniciativa brasileira, do Grupo de Trabalho Brasil-China sobre Propriedade Intelectual, com reuniões de frequência anual. O Brasil é um dos seis parceiros com os quais a China mantém mecanismo de diálogo dedicado a propriedade intelectual. Os demais são EUA, União Europeia, Japão, Suíça e Rússia.

Na área de direitos econômicos e sociais, a China apresenta progressos desde o início do processo de abertura e reforma. Seu índice de desenvolvimento humano chegou a 0,699 em 2012, colocando no 101º lugar no ranking mundial. Em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (1990-2015), a China é um dos países mais bem sucedidos. A meta de redução à metade da proporção da população que vivia em extrema pobreza em 1990 (60%) foi atingida em 2005, e o índice segue caindo aceleradamente desde então.

No tocante aos direitos civis e políticos, persistem os desafios. Em sua segunda avaliação no Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em 2013, a China reconheceu a existência de problemas relativos ao acesso à justiça. Além disso, são dignos de nota desafios nas áreas de liberdade de opinião, religião, expressão, reunião e manifestações pacíficas, direitos reprodutivos, direitos das minorias, e discriminação contra as mulheres.

Cabe assinalar também que o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China constitui importante instância de diálogo e aproximação. Do lado brasileiro, coexistem dois grupos parlamentares de amizade Brasil-

China. A seção na Câmara dos Deputados foi criada em 1993. A seção do Senado foi criada pela Resolução nº 4, de 7 de maio de 2004, por iniciativa do então Senador Alberto Silva. O atual presidente da seção brasileira do Grupo Parlamentar no Senado, que conta com 43 membros, é o Senador Flexa Ribeiro. Na seção da Câmara, o presidente é o Deputado Herculano Passos. Em 2012 e em 2014, a delegação do Senado Federal realizou viagens à China, a convite do Governo chinês.

Ressalte-se, por fim, como tema importante da agenda sino-brasileira, a recente visita do Primeiro Ministro Le Keqiang, quando anunciou vultosos investimentos em infraestrutura no Brasil. Essa cooperação, por certo, demandará ainda mais esforços da nossa diplomacia para concretizar as promessas em projetos concretos em benefício de nossa nação.

Sobre a Mongólia, retiramos do documento do Ministério das Relações Exteriores as seguintes informações sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

A Mongólia é um país de vasto território (1,56 milhão de km²) e escassa população (2,9 milhões de habitantes) circundado por grandes potências (China e Rússia) e com interesses econômicos ligados ao seu entorno regional, tendo poucos laços com países extra-asiáticos. Sua economia é fortemente baseada no setor mineral.

Não obstante, o Brasil tem figurado crescentemente nas atenções do Governo mongol. Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987. Em janeiro daquele mesmo ano, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, tem procurado consolidar um regime político na linha das democracias ocidentais e um sistema de economia de mercado.

Nessa linha, a Mongólia vê no Brasil um país em desenvolvimento com importante projeção no plano regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos de vanguarda e com potencial para realizar investimentos em seu território, especialmente

no setor de mineração. Em 12 de junho de 2014, a Mongólia instalou embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul. De nossa parte, a Embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulan Bator.

De acordo com dados brasileiros, entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre Brasil e Mongólia decresceu 5,1%, passando de US\$ 1,869 milhão para US\$ 1,774 milhão. Os fluxos comerciais são, basicamente, os valores registrados das exportações, uma vez que as importações brasileiras da Mongólia são pouco expressivas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 14 de julho de 2015.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Ricardo Ferraço, Relator